

# Introdução

Ao longo das últimas décadas, o processo crescente e desordenado de ocupação do solo urbano e de suas periferias imediatas, somado às ameaças constantes da especulação imobiliária, ao adensamento populacional e à falta de políticas públicas adequadas, colocou em risco a sobrevivência do patrimônio histórico, cultural e natural nos grandes centros urbanos, contribuindo para reforçar o sentimento de “perda eminente” e de “urgência” em relação à sua preservação, em detrimento de uma maior atenção ao interior e às áreas rurais do nosso estado.

Paralelamente, a atuação dos órgãos de proteção cultural, motivada por razões de ordem político-institucional ou conceitual e, no caso do INEPAC, em alguns momentos, por carência de recursos humanos e materiais, também comprometeu o “olhar” e as ações dos mesmos quanto às “escolhas” e ao devido investimento no estudo e na preservação do patrimônio rural, fazendo com que nos concentrássemos na proteção dos bens culturais e naturais situados, essencialmente, nas áreas urbanas.

Há, portanto, um imenso vazio que precisa ser urgentemente preenchido em relação ao pouco conhecimento que temos sobre a sociedade rural fluminense – a maneira de viver, de se relacionar, hábitos e costumes – considerando o papel que esta desempenhou, no decorrer do século XIX e início do XX, na construção de um período importante da história da nação brasileira e que de forma tão marcante deixou vestígios nas paisagens e no jeito de ser do homem do interior de nosso estado.

Com frequência, nos deparamos, hoje, diante de questionamentos sobre o destino dos “patrimônios” – materiais e imateriais – que desapareceram sem que pudéssemos, ao menos, tê-los registrado como documentos referenciais de uma parte significativa de nossa identidade cultural.

A realização de trabalhos sistemáticos de pesquisas – **inventários** – envolvendo a coleta de dados, o levantamento de informações em campo, o registro e a identificação, em maior ou menor grau de detalhamento, de “novos (e velhos) valores” e bens patrimoniais a serem (re)conhecidos e protegidos como tal, considerando a importância histórica, arquitetônica, urbanística, paisagística, afetiva etc., que lhes é atribuída como “lugar de memória” ou “referência cultural” do Vale do Paraíba fluminense é, portanto, uma tarefa que não pode ser mais adiada.

Sabemos que quando realizados de forma contínua, inventários voltados para o conhecimento dos mais diferentes universos culturais e recortes temáticos relacionados à produção humana ou da natureza, transformam-se numa ferramenta fundamental para a instrumentalização dos programas e atividades de preservação. A oportunidade de retomarmos os estudos sobre a arquitetura rural do Vale do Paraíba fluminense, após 30 anos de interrupção, representa um passo importante para respondermos à crescente demanda que vem emergindo da região.

O esvaziamento socioeconômico ocorrido por quase um século, após a fase áurea do plantio do café, tem sido suplantado, mais recentemente, pelo esforço de um grupo de cidadãos, antigos e novos donos de fazendas históricas – preocupados com a sustentabilidade de suas propriedades, a retomada do desenvolvimento e da revitalização cultural do Vale – que vem buscando no turismo cultural uma alternativa ao uso econômico do ambiente rural no enfrentamento dessa realidade.

Não podemos nos esquecer do papel de resistência cultural desempenhado por todos aqueles cidadãos comuns, pesquisadores locais, professores e profissionais dos órgãos de preservação, cuja dedicação incansável os fez verdadeiros guardiões, apesar de todas as limitações, desse rico e diversificado patrimônio.

No que se refere à busca de alternativas de sustentabilidade para revitalização do patrimônio cultural do Vale é fundamental, neste momento, a participação mais efetiva dos órgãos públicos de preservação. Porque mesmo possuidoras de um potencial incontestável, algumas atividades não estão isentas de representarem riscos à salvaguarda dos ambientes culturais e naturais que pretendem preservar, podendo “reproduzir e potencializar os processos de concentração de renda e de exclusão social” que tentam evitar, ou ainda, realizar intervenções de caráter “restaurativo” equivocadas, provocando distorções na leitura e na interpretação dos fatos históricos e significados simbólicos de que sua materialidade é depositária.

## **Abordagem inicial do projeto**

A oportunidade de desenvolvimento do projeto surgiu a partir de um convite feito ao INEPAC por Fernando Portella, em nome do Instituto Cultural Cidade Viva - ICCV, para participarmos da montagem do inventário das fazendas históricas do Vale do Paraíba fluminense, tendo a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A., concessionária da região, como patrocinadora através da utilização dos benefícios da Lei de Incentivo Fiscal, com base no ICMS e através do Instituto Light. Preliminarmente, tratava-se de adequar uma imensa gama de possibilidades e demandas provenientes do Vale fluminense ao esboço de um projeto que atendesse às exigências da lei de incentivo, suas diretrizes, objetivos, aportes financeiros, prazos e produtos almejados, em consonância com o pretendido pelas instituições proponentes.

Numa primeira etapa, foram priorizados como fontes de pesquisa os inventários arquitetônicos pertencentes ao arquivo do INEPAC, executados no final da década de 1970, e o material produzido no projeto dos Caminhos Singulares do Café no Vale do Paraíba, em 2003/4, além da recente publicação do professor Augusto Carlos da Silva Telles, nosso mestre e membro do Conselho Estadual de Tombamento, que aborda o tema de forma muito interessante. Foi relacionado, preliminarmente, um total de 170 bens imóveis representativos da arquitetura rural no Vale, distribuídos nos municípios da região.

Paralelamente, foi selecionada uma bibliografia básica, considerando que o tema, cada vez mais, vem despertando o interesse em estudos acadêmicos nas áreas de história econômica e social, arquitetura e urbanismo, museologia, turismo cultural e empreendedorismo, resultando em publicações sobre a história de sua gente, monografias e teses, guias turísticos, além de livros de arte e fotografias.

Ao mesmo tempo, nomes de profissionais e pesquisadores locais, bem como de instituições educacionais e culturais que há muito se dedicam ao estudo e à preservação do patrimônio histórico da região, foram cogitados para terem uma participação mais efetiva no projeto. Tratava-se, seguindo a tradição do INEPAC, de aproveitar a oportunidade para valorizar a importância dessas pessoas na produção e perpetuação deste “saber acumulado” sobre a região e, por outro lado, atender a uma necessidade objetiva de envolvê-los no desenvolvimento do projeto, de forma a avançarmos nas parcerias e na ampliação de uma rede local que venha a dar sustentabilidade à preservação e à revitalização do patrimônio cultural do interior de nosso estado.

## **Metodologia dos trabalhos**

Feitos os primeiros contatos, logo percebemos a dificuldade de agregá-los todos, como colaboradores e/ou consultores de projeto, tendo em vista as exigências de prazos, recursos, produtos etc. Exatamente as mesmas variáveis que moldaram as nossas parcerias também foram determinantes na configuração do “recorte” que delimitou a abrangência do trabalho passível de ser executado, diante de um universo que se mostrava, a cada momento, mais e mais extenso.

Na verdade, a equação era relativamente simples, apontando para a necessidade, desde o início, de “enxugar” a listagem dos bens imóveis selecionados para compor o inventário, a fim de viabilizar sua execução. No entanto, esta constatação entrava em conflito com a vontade, que seduziu inclusive a direção executiva do ICCV, de não perder a oportunidade de ampliar ao máximo o universo a ser investigado.

Prosseguindo na avaliação preliminar dos bens selecionados, pretendíamos, inicialmente, estabelecer prioridades e parâmetros diferenciados para orientar a coleta de dados. Neste sentido, nos dispusemos a realizar duas abordagens nos trabalhos de campo: um fichamento “sumário” de um grupo de imóveis pré-selecionados e um inventário arquitetônico “mais completo”, no que se refere à representação gráfica e ao conteúdo das informações.

O que não contávamos é que fosse tão difícil organizar o agendamento das visitas às fazendas, contatar proprietários e sensibilizá-los para “a causa”, além de outros imprevistos, como chuvas e estradas enlameadas interferindo nas programações dos roteiros. Estes fatos exigiram que aproveitássemos as oportunidades de visita que surgiam, no preenchimento das lacunas daquelas que deixamos de fazer, o que nos fez optar por uma abordagem “mais completa” nos inventários, deixando de lado os registros simplificados para uma etapa futura.

## **Estruturação das equipes e atribuições**

Para composição do núcleo de coordenação técnica do projeto junto ao INEPAC, foram convidados dois profissionais cuja qualificação e perfis se adequavam aos objetivos pretendidos: o arquiteto Raymundo Rodrigues, especialista na área de preservação, conservação e restauro de edifícios e estruturas históricas e o sociólogo Adriano Novaes, pesquisador com conhecimento e estudos voltados para formação histórica, socioeconômica e cultural da região do Vale do Paraíba fluminense. Como consultores especializados, foram designados para coordenar e acompanhar os trabalhos de campo e participar de todas as discussões e etapas que o precederam, colaborando em suas respectivas áreas de atuação na construção de uma visão integrada e interdisciplinar.

Ao INEPAC coube, também, detalhar os termos de referência para orientar a contratação dos demais componentes das equipes. Foram procurados profissionais com formação técnica e vínculos na região/ municípios onde iriam atuar, visando a que tal experiência agregasse novos conhecimentos aos participantes do projeto e pudesse permanecer e se multiplicar no próprio Vale. Foram promovidas pelas coordenações técnicas e executivas – INEPAC e ICCV – reuniões preparatórias e de acompanhamento junto às equipes, discutindo e tirando dúvidas quanto ao escopo dos trabalhos propostos, as condições adequadas à sua execução, questões relacionadas à infra-estrutura de apoio material e à supervisão em cada uma das sub-regiões.

Foram constituídas cinco equipes de campo, envolvendo aproximadamente 20 profissionais, dentre arquitetos, historiadores, estudantes e desenhistas (cadistas), com a responsabilidade de organizar e sistematizar todo o material coletado. Distribuídos em quatro sub-regiões, o objetivo inicial era contemplar 22 municípios do Vale, agrupados da seguinte forma: Área I - Resende, Itatiaia, Quatis, Barra Mansa, Porto Real, Volta Redonda e Rio Claro; Área II - Piraí, Pinheiral, Barra do Piraí, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes; Área III - Valença e Rio das Flores; e Área IV - Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Areal e Sapucaia.

## Desenvolvimento dos trabalhos

Considerando as dificuldades de operacionalização de um plano logístico de visitação às fazendas listadas, no decorrer dos trabalhos foram realizados os ajustes que se mostraram necessários à sua viabilização, tanto no que se refere à abrangência territorial, como no que se refere aos conteúdos dos inventários de identificação arquitetônica das unidades. Foram realizadas, no período de três meses, mais de 200 visitas a antigas fazendas de café e preenchidas cerca de 100 fichas de inventário, de acordo com o modelo desenhado para o projeto.

Paralelamente aos trabalhos de campo, buscava-se avançar na pesquisa documental sobre o tema, nos aspectos relacionados ao histórico arquitetônico e à cronologia construtiva das fazendas, genealogia de seus proprietários etc. Neste sentido, foram realizadas pesquisas iconográficas nos acervos da Fundação Museu da Imagem e do Som – MIS, no Instituto Moreira Salles – IMS, na Fundação Biblioteca Nacional – FBN, no Arquivo Central do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e no Arquivo Nacional, além de utilizadas como fontes coleções particulares como as de Adriano Novaes, Marcus Monteiro, Roberto Guião e o material contido no banco de dados do INEPAC relativo aos Caminhos Singulares, dentre outras.

Na abertura deste Tomo I, também estão sendo apresentados textos analíticos, de autoria dos nossos consultores, sobre o processo de produção, uso e transformação do território e das paisagens socioambientais, relacionados à história do café no Vale do Paraíba e ilustrados com farta documentação fotográfica, além de texto comentando a problemática da preservação no mundo contemporâneo.

A elaboração, por Raymundo Rodrigues, com o apoio dos arquitetos do DPCN/INEPAC, de um Caderno de Conservação Preventiva, em linguagem acessível, ilustrado com imagens e desenhos explicativos, baseado em observações feitas in loco sobre os problemas recorrentes de conservação das fazendas históricas de café, constitui-se, junto com as fichas dos inventários, numa importante fonte de referência. A expectativa é que ambos os documentos venham contribuir para a orientação e a tomada de decisões, seja por especialistas, seja por mestres de obras ou proprietários, quanto aos caminhos mais acertados para se promover a preservação desses patrimônios.

## Conclusão

Do ponto de vista da coordenação técnica do INEPAC, vimos a retomada dos trabalhos de inventariação da arquitetura rural da região do Vale do Paraíba fluminense como extremamente oportuna e enriquecedora para todos aqueles que pesquisam e se interessam pelo assunto. Acreditamos que o material ora reunido nestes fichários, com todas as prováveis faltas, será um estímulo e referência obrigatória de consulta para tantos outros trabalhos acadêmicos e institucionais que estão por vir.

Diante dos desafios que vislumbramos, optamos por ressaltar, em especial, um deles: a urgência de se investir na formação e na capacitação de novas gerações de profissionais, qualificando-os, em suas respectivas áreas de conhecimento, para responder e fazer escolhas acertadas no enfrentamento das demandas que envolvem a sobrevivência desse bem comum que é o patrimônio cultural de nosso estado.

Finalizando, cabe ressaltar que a presente publicação só pôde ser produzida, com a qualidade em que se apresenta, pelo empenho dos nossos consultores e colaboradores, a tolerância e apoio dos colegas do DPCN, o recrutamento certo e de “penúltima hora” de Alberto Taveira, nosso arquiteto sistematizador das fichas de inventário, e de Francyla Bousquet, que organizou toda a representação gráfica das mesmas, além da parceria solidária e incansável da equipe de produção do ICCV, em especial a seriedade e o entusiasmo de Francis Miszputen.

**Dina Lerner**  
Arquiteta, DPCN / INEPAC